

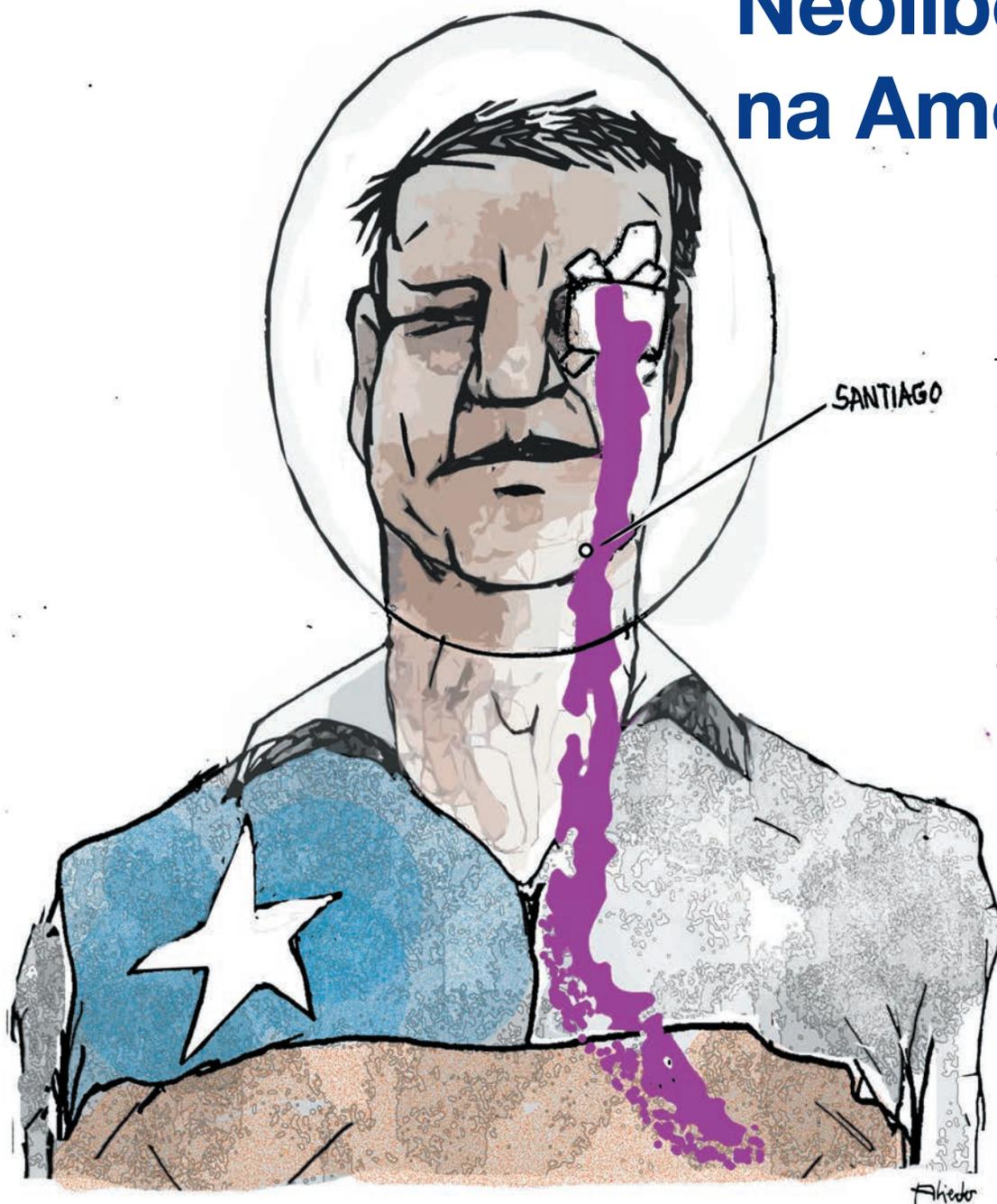
JE

Jornal dos Economistas

Nº 364 Dezembro de 2019

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Neoliberalismo na América Latina



Bruno De Conti, Luiz Filgueiras, José Rubens Damas Garlipp, Rubens Sawaya, Bernardo Kocher e Plínio de Arruda Sampaio Jr analisam as experiências neoliberais e a aplicabilidade dessa doutrina às condições da região, à luz das mobilizações populares.

Fórum continua a série sobre o orçamento do Município do Rio de Janeiro

Neoliberalismo na América Latina

Motivada pelas mobilizações populares em países como Chile, Colômbia e Equador, esta edição dedica-se a analisar as experiências neoliberais na nossa região e a aplicabilidade dessa doutrina às condições locais.

Bruno De Conti, da Unicamp, defende que o (neo)liberalismo é uma utopia. Antes que ele seja integralmente atingido, o grau de destruição é tamanho que a sociedade põe freios a esse movimento, por meio de contramovimentos, como os verificados na América Latina.

Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, apresenta um histórico da difusão da doutrina neoliberal a partir do pós-guerra. Desde a sua primeira experiência no Chile, está evidente que o neoliberalismo ocasiona mais desigualdade, pobreza e instabilidade, um verdadeiro retrocesso civilizatório.

José Rubens Damas Garlipp, da Universidade Federal de Uberlândia, destaca que as práticas do neoliberalismo resultaram, nas últimas quatro décadas, em crescimento econômico medíocre, concentração da riqueza, aprofundamento das desigualdades, desemprego, pobreza e miséria e direitos fundamentais solapados.

Rubens Sawaya, da PUCSP, julga que, se os liberais clássicos acreditavam nos séculos XVII e XVIII que o mercado regularia a nova sociedade em formação, defender essa ideia no século XXI, quando as corporações se tornaram transnacionais financeirizadas, é uma fraude intelectual. A reação popular foi retomada, mas acaba enfraquecida pelas micropautas, enquanto a questão central é macrossistêmica.

Bernardo Kocher, da UFF, prevê que os movimentos sociais em revolta na América Latina, com seu programa difuso, dificilmente reporão, no curto prazo, a inteireza das políticas desenvolvimentistas. Forças externas e as classes dominantes submetem a região a um processo de recolonização.

Plínio de Arruda Sampaio Jr, editor da plataforma Contrapoder, conclui que nem o capital tem força para impor o neoliberalismo selvagem nem as classes subalternas têm um projeto para substituí-lo. Criar uma alternativa à barbárie capitalista é o grande desafio de nosso tempo.

Fora do bloco temático, o Fórum continua a série sobre o orçamento do Município do Rio de Janeiro com um artigo sobre a composição e evolução da despesa municipal de 2012 a agosto de 2019.

| | |
|--|-----------|
| Neoliberalismo na América Latina..... | 3 |
| <i>Bruno De Conti</i> | |
| A utopia neoliberal na América Latina e os contramovimentos | |
| <i>Neoliberalismo na América Latina.....</i> | <i>4</i> |
| <i>Luiz Filgueiras</i> | |
| Capitalismo dependente e neoliberalismo na América Latina: a tragédia reiterada | |
| <i>Neoliberalismo na América Latina.....</i> | <i>6</i> |
| <i>José Rubens Damas Garlipp</i> | |
| Neoliberalismo: um ideário do desastre | |
| <i>Neoliberalismo na América Latina.....</i> | <i>8</i> |
| <i>Rubens R. Sawaya</i> | |
| Neoliberalismo: o mundo dos terraplanistas e o caos na América Latina | |
| <i>Neoliberalismo na América Latina.....</i> | <i>10</i> |
| <i>Bernardo Kocher</i> | |
| As Jornadas de Novembro de 2019: a Primavera dos “Olhos Perdidos” | |
| <i>Neoliberalismo na América Latina.....</i> | <i>12</i> |
| <i>Plínio de Arruda Sampaio Jr</i> | |
| Neoliberalismo ou Democracia | |
| Fórum Popular do Orçamento | 14 |
| Rio: menos investimentos e mais pagamento da dívida | |

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sérgio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa. **Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos.

Conselheiros Efetivos: 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A utopia neoliberal na América Latina e os contramovimentos

Bruno De Conti*

Sem meias palavras e com a indesejável autoridade de quem viveu a crise de 1929, a perseguição do nazismo e duas guerras mundiais, o intelectual húngaro Karl Polanyi vaticina: o liberalismo é uma utopia. O raciocínio que conduz a essa conclusão é simples e genial. Nas palavras do autor, “os mecanismos de mercado vão criando tensões cumulativas no organismo social”. De fato, na ausência de regulações, o motor do capitalismo, que é a busca insaciável pelo lucro, leva a uma exploração tão exacerbada da natureza e do ser humano que o resultado incontornável é uma caminhada a largos passos em direção à destruição da natureza, do ser humano, da própria vida.

Felizmente, a vida societal não é tão facilmente destrutível. Ao contrário, as forças de destruição promovidas pelo mercado desencadeiam sempre reações, chamadas por Polanyi de contramovimentos. Daí vem, então, o caráter utópico do liberalismo. Afinal, antes que ele seja integralmente atingido, o grau de destruição é tamanho que a sociedade põe freios a esse movimento, impedindo sua plena efetivação – e impedindo, assim, a própria destruição da humanidade.

O problema é que, não havendo um contramovimento capaz de impor uma regulação mais razoável aos mercados, o desespero e a desarticulação social são tão grandes que dão margem ao surgimen-

to de forças despóticas. Assim nasceu o nazismo.

Nos países periféricos, o avanço do (neo)liberalismo é mais rápido e suas consequências mais profundas. Parafraçando Polanyi, os mecanismos de mercado vão criando tensões cumulativas ainda mais explosivas no organismo social. A abertura comercial resulta na destruição da frágil indústria local; a abertura financeira gera volatilidade acentuada nos fluxos de capitais, taxas de câmbio e juros de países emissores de moedas periféricas; a desregulação do mercado de trabalho é particularmente nociva em um contexto de vulnerabilidade social já elevada.

Em parte da América Latina vimos, desde os anos 1990, uma fase de governos explicitamente neoliberais e depois um certo contramovimento, com uma onda de governos considerados mais progressistas. A depender da intensidade desse contramovimento, verificaram-se dinâmicas distintas, mas que podem ser compreendidas a partir dessa lente polanyiana.

No Brasil, os governos PT combinaram políticas neoliberais com um olhar mais atento às questões sociais. Ainda assim, “as tensões cumulativas no organismo social” explodiram nas Jornadas de Junho de 2013. Como resultado, uma queda abrupta na popularidade de Dilma Rousseff deu ensejo a uma articulação da grande mídia, entidades patronais, elite financeira e parte do judiciário e do legislativo para a implementação de um golpe de Estado.

Depois disso, instituiu-se uma crise econômica, social e política que tornou as eleições presidenciais completamente caóticas, com a percepção de uma ausência de alternativas de contramovimento. Como indicado por Polanyi, essa sociedade desiludida e desesperada se apegou à proposta mais autoritária que poderia existir.

Mas o governo Bolsonaro está longe de ser uma alternativa ao liberalismo. Ao contrário, ele encarna um ultraneoliberalismo que se consubstancia na figura do Ministro Paulo Guedes. Trata-se, portanto, de um neoliberalismo autoritário que não é novidade na América Latina e que é infelizmente tendência global (com, por exemplo, Orbán na Hungria e Modi na Índia). Entretanto, nem mesmo o mais truculento dos aparatos de repressão será capaz de deter o contramovimento, a reação à pobreza crescente, às queimadas na Amazônia, aos novos agrotóxicos diariamente incorporados à dieta brasileira. O contexto atual é de apatia, mas, seguindo o raciocínio de Polanyi, o contramovimento virá, para impedir a destruição da sociedade.

O restante da América Latina já nos mostra essa tendência. No Chile, onde o neoliberalismo penetrou mais fundo, vemos o caos total e um contramovimento bastante forte. Na Argentina e no Equador, depois de um período mais progressista, a volta a um neoliberalismo escancarado levou a fortes reações, com mobilizações massivas e o retorno do peronis-



mo na Argentina. Nos países em que o contramovimento fora mais forte na resistência ao neoliberalismo, Venezuela e Bolívia, o apoio popular a esses governos é considerável, apesar da ofensiva da oposição – e de forças internacionais –, com tentativas de golpe na Venezuela e a efetivação de um golpe na Bolívia.

No capitalismo, essa dança entre o aprofundamento do liberalismo e os contramovimentos que impedem sua plena implementação, evitando a própria destruição da natureza e da sociedade, sempre existirão. Na América Latina, com contornos épicos – e às vezes trágicos –, como estamos verificando.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) e do Centro de Estudos Brasil-China (CEBC) da mesma universidade.

Capitalismo dependente e neoliberalismo



Luiz Filgueiras*

Origem e difusão do neoliberalismo na América Latina

O neoliberalismo ganhou notoriedade, enquanto doutrina/teoria, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando Hayek, Mises, Friedman, Stigler e Popper, entre outros, passaram a se reunir na Sociedade de Mont Pèlerin na Suíça (criada em 1947). Concebido em oposição ao socialismo e, mais diretamente, à socialdemocracia então em construção na Europa e ao *New Deal* nos EUA (Estado de bem-estar social e políticas neokeynesianas), ficou “hibernando” por quase trinta anos. Durante os chamados “anos gloriosos” do capitalismo (e vigência da Guerra Fria), essa ideologia não orientou politicamente as ações do grande capital, então às voltas com a construção de um pacto social que servia de contenção ao “perigo comunista”.

No início dos anos 1970, com a crise do Fordismo e das políticas neokeynesianas, e com a retirada do grande capital do pacto socialdemocrata, o neoliberalismo saiu do ostracismo e ascendeu à condição de projeto mundial do capitalismo financeirizado e de política de governo (econômica e social). Primeiramente no Chile, quando da deposição do Governo Allende através de um golpe de Estado promovido na época, como de costume, pelos EUA e executado pelos militares com participação ativa de sua grande burguesia (1973).

Portanto, antes mesmo da Inglaterra de Margaret Thatcher

(1979) e dos EUA de Ronald Reagan (1980), a primeira experiência neoliberal no mundo se deu na América Latina e já evidenciou o seu caráter autoritário, perverso e regressivo. Assim como Milton Friedman, que atuou diretamente em sua implementação, através dos “*Chicago Boys*”, Friedrich Hayek, também em nome do “livre mercado”, apoiou o regime e visitou o Chile duas vezes (1977 e 1981), sendo que na primeira teve uma audiência pessoal com o general-ditador Augusto Pinochet. Além de fazer, posteriormente, através de declarações públicas e cartas publicadas em jornais, a defesa da experiência que estava ocorrendo no Chile, segundo ele, de retorno ao “livre mercado”.

Na verdade, o pensamento político-filosófico de Hayek, um dos principais formuladores da doutrina neoliberal, confronta, no limite, a Democracia e o Estado de Direito. Essa é a razão objetiva do capitalismo contemporâneo, construído a partir da crise do Fordismo e da socialdemocracia, ter resgatado esse pensamento nos anos 1970; pois o novo padrão de acumulação de capital construído, a partir de então, fica cada vez mais evidente, também confronta a Democracia e o Estado de Direito.

Explicitamente, é um pensamento que reivindica, antes de tudo, a liberdade (do indivíduo), mas que, em seu próprio desenvolvimento, se transmuta em uma ideologia autoritária: a liberdade do indivíduo é reduzida, fundamentalmente, à liberdade de empreender e dispor de forma absoluta da propriedade privada dos

meios de produção (liberdade irrestrita para o capital); e a Democracia e o Estado de Direito só são efetivos se promoverem o “livre mercado”. Daí a conclusão de Hayek de que a Democracia só tem utilidade (concebida como um meio, um instrumento, e não um fim) se preservar a liberdade (concebida como o verdadeiro fim) conforme definida acima; daí também a sua assertiva de que a Ditadura não leva, inevitavelmente, à abolição da liberdade: “pode haver mais liberdade cultural e espiritual sob regimes autocráticos do que em certas democracias” (O Caminho da Servidão). Em suma, e no limite, para Hayek é o “livre mercado”, e não a democracia, que se constitui na condição essencial da liberdade.

Adicionalmente, e o mais importante, no que concerne ao seu contraste com a socialdemocracia e o socialismo, o neoliberalismo tem por princípio mais geral a crença de que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática, pois é base da liberdade e da vitalidade da concorrência.

Após a primeira experiência no Chile, o neoliberalismo difundiu-se em toda a América Latina em ondas sucessivas nas décadas de 1980 e 1990: tempos de Menem na Argentina, Fujimori no Peru, Salinas no México e, por último, FHC no Brasil; experiências que, ao aprofundarem a dependência e a vulnerabilidade externa da região, e terminarem em graves crises cambiais e financeiras, promoveram a concentração da riqueza, o aumento da desigualdade

na América Latina: a tragédia reiterada

e o crescimento da pobreza. Como consequência, durante os anos 2000 a reação contra o neoliberalismo na região se materializou na chamada “onda rosa” – espécie de socialdemocracia/neodesenvolvimento tardios e desidratados na periferia –, que se espalhou pela América do Sul: Chaves na Venezuela, Morales na Bolívia, os Kirchner na Argentina, a Frente Ampla no Uruguai, Correa no Equador, Lugo na Paraguai e Lula no Brasil.

Neoliberalismo, democracia e Estado de exceção

Mais recentemente, após a crise geral do capitalismo de 2008 e, principalmente, a partir dos anos 2010 (a crise da Zona do Euro), o neoliberalismo, em uma versão mais fundamentalista, voltou com força total, apoiado agora no plano mundial e nas Américas em forças políticas neofascistas (mobilizadoras) e, quando necessário, cavalcando ações e golpes de Estado de novo tipo: executados através de “guerras híbridas” silenciosas, que desestabilizaram os países alvos a partir de dentro, com o uso de redes sociais na internet e tendo por protagonistas o Poder Judiciário, o próprio Legislativo e a mídia corporativa, com apoio direto dos EUA e de igrejas evangélicas fundamentalistas e internacionalizadas.

Essa nova modalidade de golpe de Estado, que consolidou o casamento entre neoliberalismo e Estado de Exceção (no limite do neofascismo), se evidenciou na

tentativa (Venezuela em 2002) ou derrubada efetiva de governos eleitos democraticamente em vários países da América Latina: Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e, agora, recentemente, Bolívia. Em todos os casos o elemento mobilizador, que catalisou em especial as classes médias, foram nossos velhos conhecidos, reiteradamente presentes em golpes de Estado na América Latina: a denúncia e o combate à corrupção e ao comunismo.

No entanto, essa nova onda neoliberal na região parece ter fôlego curto, em razão dos estragos cumulativos (concentração de renda, aumento da pobreza, desemprego, precarização do trabalho, insegurança etc.) que promoveu desde os anos 1980. A reação a ela iniciou-se no México em 2018, com a vitória eleitoral de Lopez Obrador; seguida de vitórias das forças democráticas nas eleições deste ano para Presidente na Argentina, Uruguai e Bolívia; além de eleições municipais na Colômbia. Adicionalmente, explodiram revoltas populares no Haiti, Honduras, Equador e Chile; todas contra governos de direita e as reformas e políticas neoliberais.

Os exemplos do Chile e da Argentina são paradigmáticos. No primeiro, 1% da população detém 33% da riqueza nacional; os sistemas de saúde, água e serviços básicos foram privatizados, assim como a previdência – transformada em um sistema de capitalização que resultou em aposentadorias, para os segmentos mais pobres da população, com valores abaixo do salário mínimo do país. O obje-

to da revolta em andamento, cujo estopim foi o aumento das passagens de metrô, evoluiu para a derubada do governo, novas eleições e instalação de uma Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição – em substituição à atual, promulgada em 1980, ainda sob o regime militar e a ditadura de Pinochet.

Na Argentina, o fracasso do programa econômico neoliberal em curto período de tempo – queda do PIB, aumento da inflação, crescimento do desemprego e da pobreza absoluta – pavimentou a vitória eleitoral peronista. Como no Chile, a razão fundamental, e mais profunda, da oposição ao neoliberalismo é a extrema e vergonhosa concentração de renda promovida por suas reformas, privatizações e políticas econômicas e sociais. Tornou-se cada vez mais claro que os seus beneficiários são o imperialismo e o grande capital, em especial o capital financeiro e uma diminuta “classe média alta” – que constituem uma pequena minoria da população.

Conclusão

Depois de mais de quatro décadas, desde a sua primeira experiência no Chile, está evidente que o neoliberalismo não tem nada a oferecer à esmagadora maioria da população em qualquer parte do mundo, em especial na América Latina. A sua obra é sempre mais do mesmo e com as mesmas consequências econômicas e políticas: mais desigualdade, pobreza e instabilidade. Essa é a razão fundamental de sua associação, agora

explícita, com forças políticas de extrema direita e o neofascismo, cujo exemplo maior, na atualidade, é o Brasil; evidenciando claramente a sua necessidade de um Estado de Exceção para ser viabilizado. Portanto, a potencial tensão e oposição entre neoliberalismo e democracia, presente desde o início dessa utopia regressiva, se concretiza claramente na atualidade.

Em particular, nos países da América Latina, de capitalismo dependente, as suas burguesias cosmopolitas associadas ao imperialismo não conseguem e nem aceitam conviver com uma melhor distribuição de renda; a necessidade de superexploração do trabalho está entranhada, historicamente, em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes. Daí a sua vocação para o golpismo e o autoritarismo, que a história da América Latina não desmente e nem deixa esconder.

Em suma, o combate ao neoliberalismo pelas forças político-sociais democráticas e socialistas (no sentido amplo) passa hoje, necessariamente, pelo combate à extrema direita, ao fundamentalismo religioso e ao neofascismo. Portanto, esse combate tornou-se mais difícil e complicado, mas, em compensação, está se combatendo um projeto já desgastado para amplas parcelas da população – que o vê como regressivo do ponto de vista econômico, social, cultural e moral. Um verdadeiro retrocesso civilizatório.

* É professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Neoliberalismo: um ideário do desastre

José Rubens Damas Garlipp*

A estrutura política, econômica e social constituída no segundo pós-guerra possibilitou a retomada virtuosa do processo de acumulação capitalista em novos termos. O crescimento mundial resultou, de um lado, do processo de internacionalização produtiva e financeira do capital entre os próprios países do centro e em direção aos países periféricos, criando novos espaços para recolocar o valor excedente em busca de valorização. A institucionalização da moeda internacional confiável centrada no dólar em Bretton Woods foi a condição para esse movimento do capital. De outro lado, o ciclo de crescimento foi também resultado da criação do Estado de bem-estar social nos países do centro como forma de dar garantia à realização do valor. O crescimento do segundo pós-guerra foi resultado de uma conjunção virtuosa que acelerou o processo de acumulação até com certo ganho de bem-estar social, principalmente no centro do sistema.

Mas as energias políticas, econômicas e ideológicas que informaram esse arranjo societário no Ocidente e caracterizaram a Era Dourada, no entanto, vão encontrar-se exauridas nos anos 1970, na medida em que ganham nitidez os contornos de uma crise capitalista estrutural, com a queda da taxa de lucro e uma drástica mudança do padrão de acumulação de capital.

Com efeito, busca-se enfrentar a crise por meio de um conjunto de reformas ‘estruturais’ que se espalham praticamente por todo o mundo: privatização de ativos públicos (empresas, terras, serviços);

liberalização do comércio internacional; liberalização do mercado financeiro e do movimento global de capitais; e introdução de mecanismos de mercado ou critérios empresariais à guisa de tornar mais ‘eficientes’ os serviços públicos.

Assim é que a desregulação completa das economias sob o controle dos Estados dos centros hegemônicos colocou os Estados nacionais em função da reestruturação do capital. Isso tomou vulto internacional ao longo dos anos 1980-90 e, em seu bojo, vieram as pressões para a supressão das políticas e mecanismos de provisão social, como maneira adicional de as empresas diminuir seus custos para elevar suas taxas de lucro. Além disso, no processo de desmantelamento dos Estados ‘sociais’, o mundo mergulhou em uma onda de privatizações que acabaram também por fornecer espaços adicionais para a acumulação privada em novos setores, buscando garantir novo espaço para a expansão dos capitais ociosos, como argumentamos (Rubens Saway e José Rubens Garlipp) em *The Crisis of Postwar Logic of Global Accumulation*¹.

Passamos a assistir, então, como bem assinalam Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo em *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*, a uma transfiguração do capitalismo ‘social’ e ‘internacional’ – que caracterizou a era dourada do segundo pós-guerra – em capitalismo ‘global’, ‘financeirizado’ e marcadamente desigual. Nesse processo, o Estado foi apropriado pelos interesses dos conglomerados transnacionais – mundializados e financeirizados – diante



dos desafios impostos pelo redesenho da concorrência global.

Trata-se do mesmo processo que explica a natureza do Estado ‘Gerencial’, em lugar do Estado ‘Social’, de que nos falam Pierre Dardot e Christian Laval em *A Nova Razão do Mundo*. Um Estado cuja agenda deixa de ser orientada pelos princípios do direito público para se adequar a uma gestão regida pelo direito comum da concorrência. É justamente por meio da crescente desoneração das suas responsabilidades que o Estado incentiva a criação de instituições que não são Estado, fomenta as privatizações e concessões de serviços públicos e abre mão de setores e ativos nacionais estratégicos. E, ao tempo em que são despolitizados os assuntos públicos, é declarada a guerra ao Estado ‘Social’, mas com vistas a uma redistribuição entre a lógica capitalista e a gestão estatal, de instituições e funcionamentos que se interponham entre as duas.

Na exata medida em que ocorre a transformação do Estado Social em Estado da Dívida e se dá a tran-

sição para um Estado da Austeridade, conforme assinala Wolfgang Streeck em *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, não é de surpreender que as tentativas de responder à crise se apoiem, quase exclusivamente, no corte de despesas, sobretudo na seguridade social, na educação e na infraestrutura, à custa dos direitos e garantias fundamentais. A dimensão pública capitula diante do poder e da mobilidade da riqueza oligárquica, tornando claro que o poder social da riqueza não tolera mais entraves ao seu crescimento ilimitado e seus móbeis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal desonerada de suas responsabilidades para com a sociedade.

A aderência às políticas neoliberais na região latino-americana se produziu na década de 1970, sendo o Chile o primeiro país a fazê-lo, em 1973, após o golpe militar que derrubou o governo socialista de Salvador Allende. Na sequência, vieram o Uruguai, em 1974, a Argentina, em 1976, e o Brasil no início dos anos 1990. Assim, as políticas e práticas neoliberais são experimentadas nessa região antes mesmo de sua disseminação mundo afora a partir dos anos 1980. Em versão atualizada frente a essa ‘década perdida’, foram transplantadas para a região com as teses oriundas do Consenso de Washington. Tendo em vista as crises financeiras e cambiais que marcaram a década de 1990, houve uma reformulação das proposições neoliberais, nos termos do ‘Pós-Consenso de Washington’, quando se preconizava ‘reformar as reformas’².

Ocorre que nenhuma destas

'reformas' foi submetida ao crivo do debate com a sociedade, em aberto rechaço ao suplemento democrático. São anunciadas como medidas indesviáveis para se ajustar aos 'novos tempos', mas que ao cabo carregam em seu substrato uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um antidemocratismo, com veladas pretensões de se livrar do povo e da política.

Daí que o fato perturbador revelado por este novo 'clima de época' é que entra em crise a ideia mesma de democracia, cuja expressão

mais significativa é a nova pragmática e sua proposta de retorno à problemática do sujeito pela via do individualismo. Noutros termos, o resgate da subjetividade tem-se dado através de um individualismo exacerbado que abre franca oposição ao dissenso. Mais grave, tenta-se execrar o desacordo, reduzindo qualquer crítica ou discordância em relação à 'nova ordem' ao limbo da traição aos novos tempos. Os defensores da 'verdade derradeira' não se intimidam em mandar às favas o legado humanístico do discernimento, enquanto promovem

a idolatria do mercado e se esforçam para interditar os avanços democráticos, mesmo quando é o caso de uma democracia formal ainda a nutrir a esperança de ser convertida em permanente expansão dos direitos civis e da cidadania plena. Uma esperança que não tem como ser realizada sob a vigência do projeto neoliberal, posto que este valoriza o intercâmbio do mercado como uma ética em si mesma.

Tributária de uma singular noção da natureza humana, essa ideia-força do neoliberalismo – de que o mercado, em toda e qualquer circunstância, sempre conduz à solução mais 'eficiente', sendo capaz de atuar como um guia para toda a ação humana – acaba por desafiar as formas tradicionais de soberania estatal, a divisão do trabalho, as relações sociais, as áreas de proteção social, as formas de vida e de pensamento, as atividades de reprodução, os vínculos e os hábitos sociais.

Pois as origens da catástrofe residem justamente neste empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado autorregulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade, como observado por Karl Polanyi em *A Grande Transformação*. Nisso reside a contradição intestina ao sistema de mercado: de uma parte, tal padrão institucional requer a subordinação da sociedade aos seus desideratos; e, de outra parte, no entanto, o mecanismo de mercado como

único dirigente do destino dos seres humanos resulta no desmoronamento da sociedade.

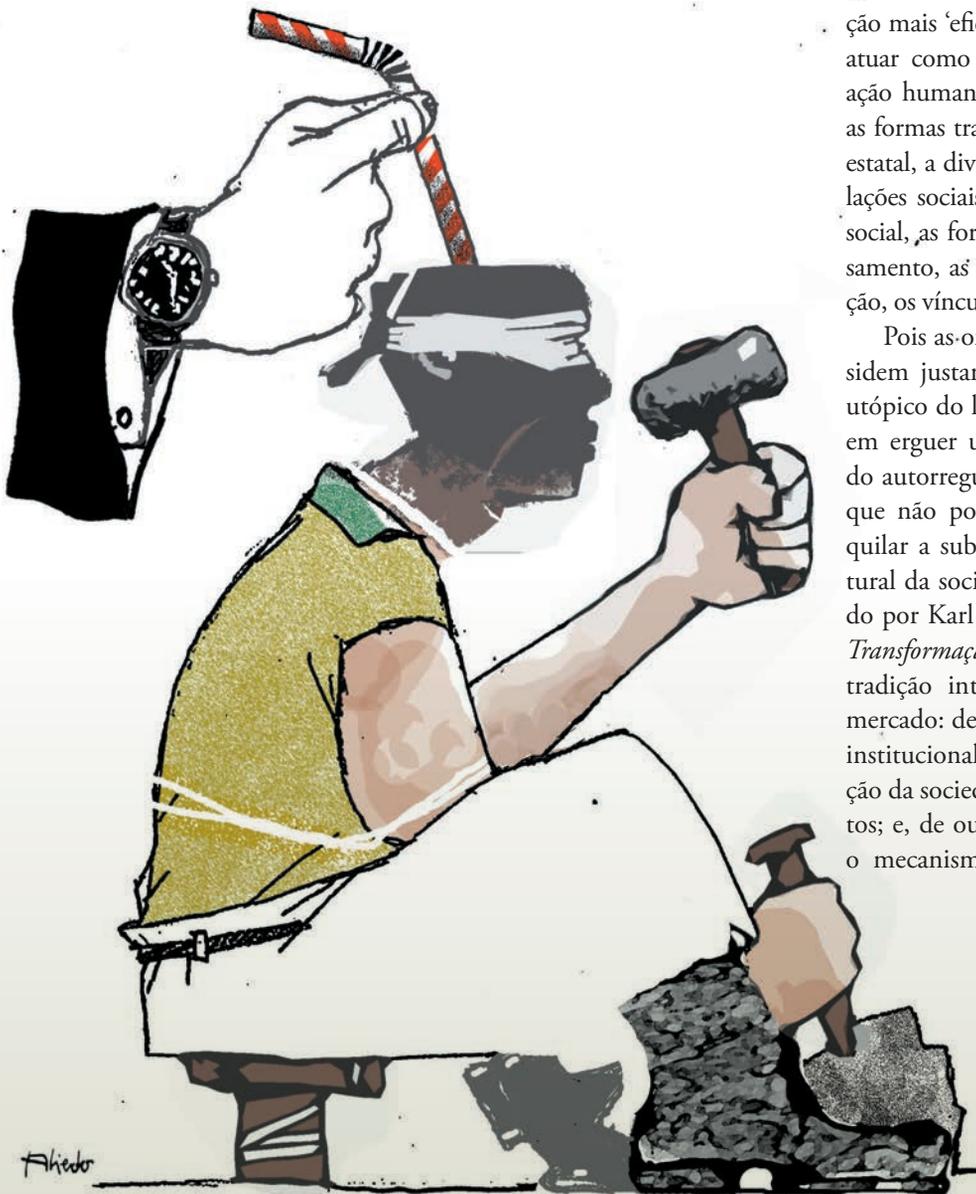
Taxas de crescimento econômico medíocres, com concentração espúria da riqueza e aprofundamento das desigualdades, desemprego em níveis intoleráveis, pobreza e miséria crescentes, direitos fundamentais solapados, este é o resultado do fracasso das práticas neoliberais adotadas nas últimas quatro décadas, capazes de produzir apenas desastres. Esta a expressão de um contundente projeto sociopolítico que, para além de uma resposta conjuntural no capitalismo contemporâneo, aspira prolongar-se no tempo e nos espaços sociais, com a pretensão de atravessar o conjunto social como um todo. Conformam um pano de fundo desolador, a justificar a onda de protestos, *urbi et orbi* – e cá entre os latino-americanos – de uma sociedade cansada de promessas não cumpridas e de arcar com os enormes e inaceitáveis sacrifícios impostos à dignidade da vida.

Mais que manifestação de cansaço, os protestos podem indicar disposição das forças democráticas em deflagrar um contramovimento pela autoproteção realista, resistindo ao retrocesso civilizatório e sendo protagonista na definição dos caminhos e das estratégias que conduzam a uma sociedade justa e igualitária.

* É economista, doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp e professor titular do Ieri/UFU. Foi presidente da Ange – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (1995-1999) e diretor do Ieri/UFU (2000-2007). jrgarlipp@ufu.br

1 *World Review of Political Economy*, v.2, n.3.

2 Ver: Baruco, Grasiela e Garlipp, *Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária*.



Neoliberalismo: o mundo dos terraplanistas e o caos na América Latina

Rubens R. Sawaya*

“Enquanto a propriedade estiver dividida entre muitos donos, nenhum deles... tem o poder... de determinar a renda e a posição de um indivíduo. Ninguém fica vinculado a um proprietário a não ser por este oferecer condições melhores que... outro. Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia de liberdade... Ninguém dispõe de poder... sobre nós e, como indivíduos, podemos escolher o sentido de nossa vida – isso porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem de modo independente...” (Hayek, “O caminho da Servidão”, 1990 [1944]).

“... tal sociedade consiste... de famílias independentes. Cada família usa os recursos que controla para produzir mercadorias e serviços que são trocados por bens e serviços produzidos por outras famílias... Cada família está em condições de satisfazer suas necessidades indiretamente, produzindo bens e serviços para outras, em vez de diretamente – pela produção de bens para seu uso imediato. ... a cooperação é estritamente individual e voluntária, desde que as empresas sejam privadas de modo que as partes contratantes sejam sempre... indivíduos... livres...” (Friedman, “Capitalismo e Liberdade”, 1984 [1962]).

Conforme as epígrafes, trata-se de um mundo formado por indivíduos dispersos, todos proprietários, livres e em condições de satisfazer suas necessidades produzindo para si ou para outros. Todos têm



acesso livre aos meios de produção e podem escolher, segundo sua natureza maximizadora de “Homem Econômico Racional”, se se vinculam a um proprietário como empregados, ou se trabalham para si mesmos. Este é um mundo mágico da “concorrência perfeita” entre indivíduos livres, apresentado por Hayek nos encontros de Mont Pèlerin financiados pela Fundação Volker, “os Koch Brothers da época”¹. Friedman, participante assíduo, chegou à direção da confraria.

Os economistas neoclássicos do “novo consenso macroeconômico” são os ideólogos do neoliberalismo, os “técnicos” do mundo imaginário de Hayek e Friedman. Estruturam modelos para justificar a sociedade da competição de todos contra todos. Claro, ignoram estrategicamente as relações de poder e controle sobre a propriedade que domina a sociedade. Partem de uma sociedade metafísica

na qual todos são iguais com as mesmas chances de existência, basta o esforço individual. Distantes da realidade, não consideram que a propriedade não é e nunca foi “dividida entre muitos donos”. Os verdadeiros proprietários são corporações financeirizadas que controlam os direitos sobre a riqueza de todos e principalmente do Estado (via dívidas). Estes proprietários estão muito distantes do real produtor que está subordinado sem saber ao proprietário rentista da riqueza. O pensamento neoliberal vive em mundo imaginário e seus economistas são como terraplanistas que vivem como “Cândidos, [que] tendo se retirado do mundo [real] para cultivarem seus jardins, clamam que tudo caminha do melhor modo no melhor dos mundos desde que deixemos as coisas andarem por si...” (Keynes, “Teoria Geral”, 1982 [1936]).

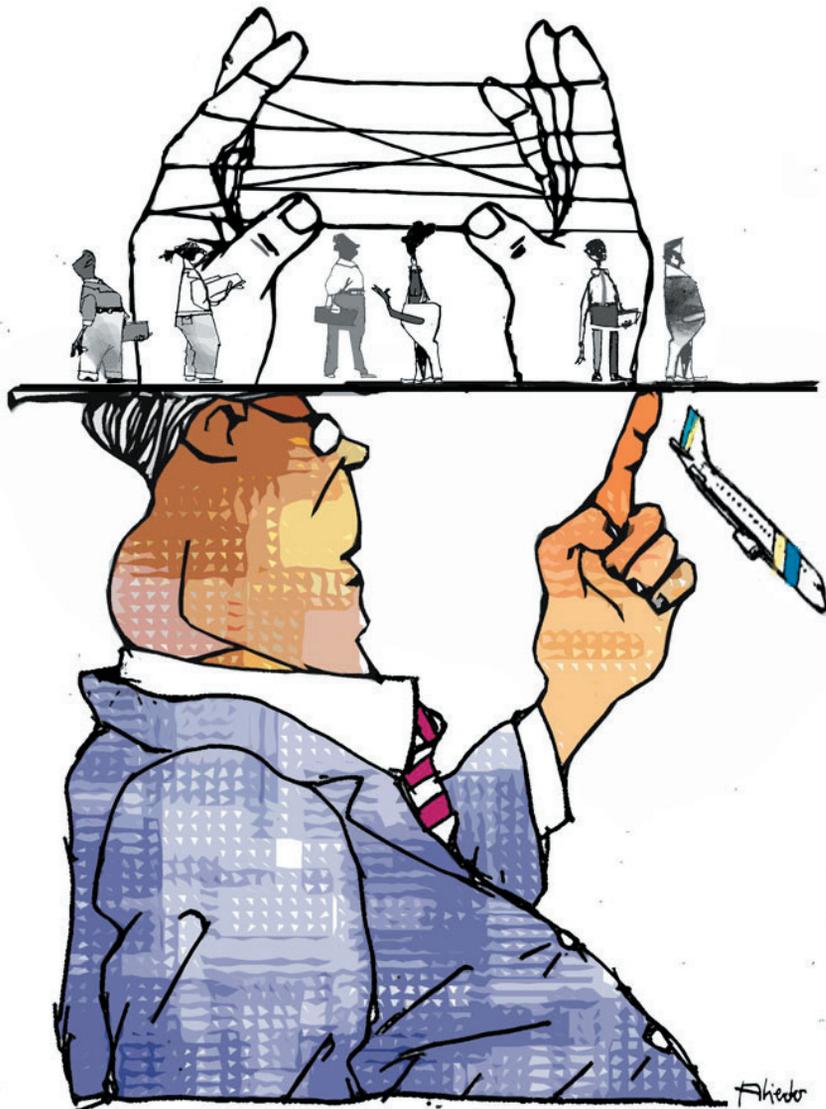
O neoliberalismo trabalha com um mundo ideal, no qual “os meios de produção se acham divididos entre muitas pessoas” e, por isso, estaria sob o comando da “inteligência [natural] do mercado” Hayekiana. Os Estados intervencionistas populistas “limitarian” a liberdade empreendedora dos indivíduos. As epígrafes retratam o mundo imaginário dos neoliberais, uma ideologia (no sentido vulgar) sobre uma sociedade que não existe e que nunca existiu. É o mundo dos terraplanistas da economia. De outro lado, defendem sua criação, se preciso na marra, por meio de ditaduras, pela ocupação do Estado, co-

mo vem ocorrendo por golpes na América Latina.

Se os liberais clássicos como John Locke e Adam Smith (apenas para citar dois fundamentais) acreditavam nos séculos XVII e XVIII que o mercado livre regularia a nova sociedade ainda em formação, defender essa ideia no século XX, quando a grande corporação centralizada já dominava todos os mercados e, pior, em pleno século XXI quando essas corporações se tornaram transnacionais financeirizadas (*holdings* proprietárias de direitos sobre a riqueza, contratos), é uma fraude intelectual. A liberdade defendida não é para o indivíduo, mas para o grande capital extrair valor excedente sem limites.

A venda do neoliberalismo é posta em prática a partir dos anos 1980, sob o controle das grandes corporações financeirizadas via instituições supranacionais², lobistas que transformam as ideias em políticas de Estado. O objetivo é garantir as regras para a apropriação da riqueza social, tanto da classe produtiva (máximo retorno ao acionista; controle das cadeias de valor) e da classe trabalhadora (diminuição dos salários, direitos, precarização), como do próprio Estado (via dívida pública). Pensar a propriedade como algo individual, indivíduos “livres”, em uma sociedade em que a produção é social (coletiva, divisão do trabalho) e dominada por corporações, é uma fraude.

O neoliberalismo isola os indivíduos e os joga em uma competição encarniçada de uns



contra os outros sem respeitar mesmo as ideias liberais sensatas³, ao não lhes prover nem mesmo os elementos constitutivos básicos de partida (saúde e educação) para, no mínimo, proporcionar-lhes condição de agente de si mesmo (empreendedor!). O neoliberalismo joga as pessoas “como iguais” em um mundo no qual a riqueza é extremamente concentrada. Mente que o futuro depende só delas e que basta investirem em si mesmas, pagando por sua educação, saúde e todos os bens básicos.

Essa “nova razão do mundo” (Dardot & Laval, 2016) dei-

xa exaustos, em sua batalha diária pela sobrevivência, principalmente os 99% “de baixo”. O indivíduo é o responsável por seu próprio sucesso ou fracasso. Sua renda só dependeria da capacidade individual, da competência, da produtividade pelo investimento em seu capital próprio, o único que possui, sua força de trabalho. Nesse sistema, não existe a sociedade ou grupo social, o sindicato, a classe social e Estado, sistemas de conexão e de proteção dos indivíduos. A ideologia que os unia é substituída pela ideologia do cada um por si. Naturaliza a guerra Hobbesiana de todos contra todos, repetida

nos programas de competição da TV (*Masterchef*) e nas práticas “dinâmicas” nos processos de seleção das empresas: todos juntos e todos contra todos. O emprego estável é substituído pelo trabalho intermitente, por tarefas (projetos) *on demand*. É a uberização do trabalho. O estresse é diário, colocando todos em competição contra todos em busca da criação de valor excedente para a empresa.

Quando essa massa sob pressão constante, na corda bamba da precariedade, percebe sua diferença em relação à pequena elite que se apropria da maior parte da riqueza, o resultado só pode ser violento. Para os que estão no limite, qualquer mudança de um preço básico, quaisquer 20 centavos, elevam a pressão. O neoliberalismo colou a grande maioria da população no limite. A privatização de serviços públicos e as tarifas elevadas impedem o acesso dos mais pobres e os expulsam do sistema. A privatização elitiza o acesso à saúde, educação, transporte, moradia, previdência digna. A fórmula é proibir legalmente que o Estado atue, como vem ocorrendo com a sequência de PECs no Brasil.

Com a estratégia de impedir o Estado de atuar, a democracia torna-se um mero formalismo. Se atrapalhar, é sumariamente eliminada. O indivíduo isolado escolhe um representante formal, mas as regras delimitam o espaço público. A política perde sua função social. O político torna-se um técnico administrador vazio, um executivo “eficiente”, na verdade, funcionário de poderosos lobistas. A função do Estado não é mais a mediação de interesses de grupos antagônicos, das lutas estruturadas pelas frações de classe em disputa pela riqueza.

Se o neoliberalismo não consegue se impor por meios democráticos, o que é muito difícil dada a impopularidade de suas políticas, não hesita em usar a violência. O Chile é a vítima mais conhecida, tendo sido tomado pelos *Chicago Boys* em 1973. Hoje é a Bolívia. Mas hoje, com disputa por espaços de acumulação entre os capitais transnacionais financeirizados, com a China como líder oriental, os mecanismos de controle sob a ideologia neoliberal têm se aprofundado em sua violência na América Latina. Em alguns países mais politizados, a reação popular é em parte retomada, como no Chile, Peru, Equador. Essa reação depende do grau de esclarecimento das pessoas sobre o que de fato as oprime e empobrece. Na medida em que a ideologia neoliberal divide as pessoas, muitas vezes as mobilizações acabam enfraquecidas ao se focarem em micropautas, enquanto a questão central é macrossistêmica. Enquanto o grande capital age em uníssono, de forma planejada, ocupa o Estado e impõe a ideologia que lhe garante a apropriação da riqueza social, as pessoas estão dispersas e enlouquecidas com seus problemas individuais, que são reais, mas que as impedem de perceber que isso é a tática da lógica neoliberal, com o objetivo de ofuscá-las e dividi-las com as promessas de um mundo inexistente. Tenta de todas as maneiras convencê-las de que a Terra é plana, se preciso for, na marretada.

* É professor e coordenador da Pós-Graduação em Economia Política - PUCSP

1 Solow. *The Serfdom Scare*, 2012.

2 Carroll. *The Making of a Transnational Capitalist Class*, 2010.

3 Amartya Sen. *Desenvolvimento como liberdade*, 2000.

As Jornadas de Novembro de 2019: a Primavera dos “Olhos Perdidos”



Bernardo Kocher*

Quando em 2011 ocorreu a “Primavera Árabe” – referência às revoluções na Europa em 1848 –, toda a atenção da opinião pública voltou-se para movimentos de massa que enfrentaram governos ditatoriais. Esta narrativa foi vista como uma segunda onda de democratização, depois das “Revoluções Coloridas”.

Na América Latina atual, mesmo sem a magnitude numérica e o impacto na geopolítica internacional, podemos também identificar uma curiosa corrosão das estruturas de poder: aqui a crise é a da democracia, e não das ditaduras. Apesar das diferenças, o sentido geral destas manifestações públicas, e os seus resultados, podem ser avaliados sob uma mesma ótica.

Em nosso continente, dada a diversidade política/ideológica da “primavera” local (manifestações de esquerda no Equador e Chile e de direita na Bolívia e Brasil) a falta de uma orientação política exata torna imprecisa a caracterização linear do que está acontecendo. Ora a esquerda avança (nas ruas ou no voto), ora a direita avança (nas ruas, no voto ou em golpes de Estado).

Em todos estes casos, ressalte-se que o confronto político que originou as revoltas populares se manifesta em três dimensões: a) questionamento da representação política; b) insatisfação com a economia; e, c) estruturas/hierarquias sociais abaladas. As causas desta tripla crise é o que nos interessa avaliar.

Desde 1979, com o Choque

dos Juros aplicados nos títulos da dívida pública mobiliária federal nos EUA, as transformações impostas pela competição econômica impuseram às sociedades capitalistas necessidades – muitas vezes inalcançáveis de forma democrática –, de reestruturação (da produção industrial, dos direitos sociais, das políticas públicas, da democracia, etc.). Dentro deste quadro, a vida social passou a orbitar em torno de uma crescente e inevitável mercantilização de bens e serviços – como produto do pacto que produziu o Welfare State no pós-2ª. Guerra Mundial –, fornecidos por políticas públicas. Tal movimento, que está em ação até os dias de hoje, adquiriu maior ou menor velocidade na sua implementação, dependendo da região ou do contexto.

É por este motivo que a atual onda de manifestações populares progressistas concomitante com a ocorrência de golpes de Estado que assolam o continente latino-americano desde 2009 – quando o presidente Zelaya foi deposto – são produtos da construção de uma economia liberal. Dada sua dificuldade de implementação imediata, a vida política fica imersa num frenesi de idas e vindas para reavivar a marcha da mercantilização dos direitos e bens públicos.

Os limites desta dinâmica são: a) os direitos sociais e civis oriundos da redemocratização; e, b) os ciclos econômicos de crescimento, escassos e cada vez de menor duração, o que enfraquece a capacidade das políticas públicas em manter o pacto social da democracia. É nes-

te sentido que encontramos o clássico confronto democracia (direitos) x economia (neoliberalismo), que desde a ascensão de governos de esquerda no continente – inaugurado com a chegada ao poder de Hugo Chavez na Venezuela –, tem provocado o agravamento das crises políticas do continente.

Sendo assim, a “primavera” latino-americana faz parte de um quadro político amplo, no tempo e no espaço, que expõe as condições periféricas do capitalismo na região. Esta fragilidade – baseada na produção flexível –, atingiu mortalmente o desenvolvimento industrial latino-americano. Sonho das décadas de 50 e 60, a industrialização migrada para o Sudeste Asiático a partir dos anos 80 inviabilizou o continente como parte de uma “oficina global”, reduzindo-o à algumas atividades manufatureiras sem maior expressão na vanguarda tecnológica ou na participação no comércio mundial de manufaturados.

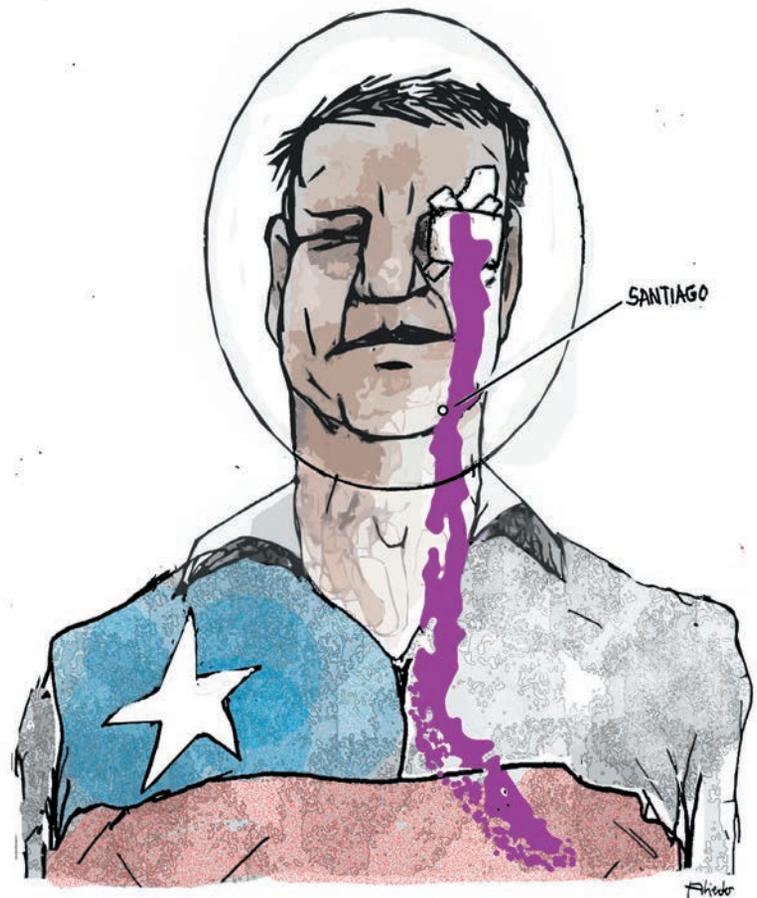
Daí, a produção agrícola, a exploração de riquezas minerais, além do setor de serviços, se transformarem na base da economia latino-americana no mundo globalizado. O desenvolvimentismo inviabilizado produziu tanto o desinteresse na elaboração de estratégias industriais pelos governos liberais quanto uma dificuldade intransponível para que tal política fosse sustentada no longo prazo pelos governos de centro-esquerda. Quando tais políticas industrializantes se afirmaram, tornam-se uma ameaça para os interesses comerciais,

financeiros e agrários, já que reintroduzem uma forma de socialização dos indivíduos que exige regulações e concessão de direitos. São entendidas pela correlação de forças pós-desenvolvimentista como sendo custosa e, portanto, danosa para a competição internacional.

A situação acima descrita é uma chave para a interpretação da crise política atual. As manifestações que ora presenciamos, quando promovidas pela esquerda, são conservadoras. Elas clamam a manutenção de direitos elementares à reprodução da vida social, demandas insuficientes no contexto contemporâneo para reaver as formas econômicas para a sua consecução, pois são incapazes de ir além das críticas ao neoliberalismo. Enfrentam a fortíssima e efetiva oposição da direita, que estabelece a desconstrução como meta ou, pior, se envolve numa histriônica e nefasta elaboração de irracionalismos gritantes conjugados com fundamentalismo religioso para dar vida às suas preocupações moralistas. Estas tornam-se o seu *leitmotiv*, já que não precisa elaborar políticas ou teorias para sua conduta na condução do Estado. Estas forças políticas transformaram-se mais em promotoras do “anti-Estado” do que liberais no sentido estrito. Menosprezam os logros econômicos e a paz social alcançados com políticas públicas pró-ativas. Ou seja, desdenham dos lucros alcançados nos governos de centro-esquerda para reaver o poder político, mesmo ao custo de políticas macroeconômicas ineficazes no curto prazo. Adotam um posicionamento totalmente distinto do descrito por Karl Marx, no “Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte” (1852), ao analisar o comportamento da burguesia francesa que abdicou do

poder político por uma política de paz social e lucros crescentes.

Finalmente, se considerarmos a Síria como o caso mais contundente do impacto causado pelas revoltas populares na Primavera Árabe, dadas as consequências que a guerra civil trouxe para o país e sua população, devemos considerar as causas destas revoltas para avaliar os riscos do quadro político atual. De 2006 a 2011, em meio ao agravamento das consequências de uma grave seca, que provocou grande migração do campo para as cidades, o governo sírio tentava se enquadrar nos moldes econômicos estabelecidos pelas políticas de governabilidade traçadas pelo FMI. Desconsiderando as necessidades da sua população, as autoridades sírias atentavam-se para promoção de sua inserção num contexto internacional idílico, regido pela *pax* neoliberal, na esperança de serem poupados pelas pressões do imperialismo norte-americano. Quando a contestação popular surgiu em 2011, o tecido social se rompeu por conta do descrédito do Estado tanto quanto por uma oposição à ditadura. Isto abriu as portas para um sem-número de atores nacionais e externos que acabaram levando à exterminação da soberania do país e da “terceirização” da guerra pelos EUA, através da oposição e do Daesh. A intervenção russa na guerra reverteu o avanço estimulado da decomposição do Estado Nacional sírio e a enorme tarefa da reconstrução agora é a meta; esta encontrará um país que outrora fora uma potência regional numa condição de subalternidade perante os financiadores da reconstrução. Em todo o Oriente Médio, tal como na Síria, todo o esforço dos movimentos democráticos foi neutralizado por um impasse abis-



mal, ainda maior do que apontamos acima para a América Latina, dada a escassa experiência democrática da região.

Assim, temos como horizonte em nosso continente a demarcação de uma programa difuso por parte dos movimentos sociais em revolta que dificilmente reporão, no curto prazo, a inteireza das políticas desenvolvimentistas. O intervencionismo de forças externas, aliadas com o parasitismo das classes materialmente dominantes, coloca a América Latina sob o jugo de um processo de recolonização e diminuição do impacto da sua vida econômica e da sua democracia, típico de outras periferias.

Dada a delimitação de uma nova bipolaridade internacional, que contrapõe a crise de hegemonia norte-americana (e seu unilateralismo programático) com forças ascendentes no sistema internacional (Rússia e China), o quadro fica ain-

da mais drástico. O produto direto da nossa “primavera” pode ser a redução do papel dos povos envolvidos à um alinhamento tosco com a potência regional em profunda crise de competitividade. Adotar-se-ia, então, o subsídio a esta potência (lastreado nas riquezas naturais e no déficit comercial) ao invés da sua inserção no confronto a partir de uma tomada de posição pelos governos da região a partir da janela de oportunidades, barganhando com os dois polos.

Dadas as catastróficas consequências na saúde dos manifestantes do Chile, ousamos denominar o atual ciclo de manifestações de “Primavera dos olhos perdidos”. Mesmo se vitórias materiais/políticas/sociais forem logradas pelo povo chileno, a lembrança do preço cobrado ficará exposta.

* É professor de História Contemporânea na UFE.

Neoliberalismo ou Democracia



Plínio de Arruda Sampaio Jr*

A crise capitalista acirra a contradição latente entre neoliberalismo e democracia. O crescente abismo entre os imperativos do capital – recompor a qualquer custo as condições para a retomada do processo de valorização do capital – e as necessidades do trabalho – combater a barbárie do desemprego, da pobreza, da desigualdade social e da hecatombe ambiental – corrói a credibilidade das instituições democráticas em todos os cantos do mundo.

Para o grande capital, a soberania popular, por menor que seja, constitui um obstáculo intolerável ao ajuste neoliberal, cuja essência, como se sabe, implica rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores, contração dos gastos públicos, privatização do Estado, liberalização do comércio internacional, plena liberdade de movimento aos capitais, desregulamentação da economia e exploração predatória do meio ambiente. Para os que vivem do próprio trabalho, a captura das instituições republicanas pelos interesses das grandes corporações econômicas e financeiras torna a democracia um ritual formal inócuo, que de nada serve para superar os problemas que tornam sua vida infernal.

Nas sociedades de origem colonial, presas ao círculo vicioso do subdesenvolvimento, como é o caso dos países latino-americanos, o impacto da crise capitalista sobre as instituições democráticas é particularmente devastador. A extrema vulnerabilidade das economias da região às vicissitudes da economia mundial e a aguda precarieda-

de das condições de vida da maioria da população solapam as bases objetivas e subjetivas do sempre frágil equilíbrio político que sustenta uma sociedade fundada na segregação social e na dependência externa.

O ajuste neoliberal potencializa os efeitos destrutivos da crise capitalista sobre a economia e a sociedade latino-americana. A liberalização do comércio internacional expõe os parques produtivos nacionais à concorrência de produtos importados, aprofundando a especialização das economias da região na divisão internacional do trabalho. A plena liberdade de operação do capital internacional e o aprofundamento da liberalização financeira estimulam a desnacionalização da economia, a transferência de lucros e juros ao exterior e a fuga de capitais. A flexibilização do mercado de trabalho arrocha os salários e deprime a capacidade de consumo da sociedade. O regime de austeridade fiscal, que tem como objetivo supremo a sustentabilidade intertemporal da dívida pública, asfixia o mercado interno, reforça o desemprego e contrai os gastos públicos, ao mesmo tempo em que, em plena estagnação, estimula o rentismo lastreado na especulação com títulos da dívida pública. A privatização do patrimônio público implica crescente mercantilização dos serviços sociais e liquidação da capacidade do Estado de definir o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento econômico.

A renúncia do papel estratégico do Estado na organização da vida econômica e social deixa os cidadãos à mercê dos grandes ne-

gócios. Ao transformarem as economias da região em meros campos de operação de conglomerados internacionais, subordinados em última instância aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, as políticas neoliberais reforçam o processo de reversão neocolonial que coloca em questão a própria ideia de sociedade nacional como coletividade relativamente autônoma dentro do sistema capitalista mundial. O projeto burguês resume-se à transformação da América Latina num aglomerado de grandes feitorias modernas.

A regressão das forças produtivas, a precarização das relações de produção, o papel subsidiário da burguesia crioula na organização da vida econômica, as crescentes rivalidades regionais que ameaçam a unidade territorial das sociedades nacionais, o colapso dos centros internos de decisão, a desorganização das políticas sociais e a crise de identidade nacional revelam que as burguesias latino-americanas perderam toda e qualquer possibilidade de resolver os problemas fundamentais da população. A absoluta impossibilidade de conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional explicita a necessidade histórica de se ir além do capital. Para a população do continente, a burguesia só oferece a barbárie.

Nesse contexto, o ajuste ortodoxo neoliberal tem um efeito particularmente nefasto sobre a vida nacional. Desde 2014, quando o regime de austeridade se impôs, com maior ou menor rigor, na quase maioria dos países da região, a América Latina combina baixo crescimento, elevado desemprego,

recrudescimento da pobreza e escalada da desigualdade social, sem que vislumbre, diga-se de passagem, qualquer perspectiva de superação dos problemas responsáveis pela crise econômica. Alguns indicadores sociais ilustram a dimensão do problema. Segundo a CEPAL, entre 2013 e 2018, o baixo dinamismo da economia levou o produto per capita da região a sofrer uma contração de cerca de

3%, registrando o pior desempenho entre todas as regiões do globo. A política de combate à pobreza revelou-se particularmente vulnerável à inflexão do ciclo econômico. Revertendo uma tendência de doze anos, a partir de 2015 a pobreza e a pobreza extrema recrudesceram, alcançando, em 2018, praticamente 30% (182 milhões) e 10% (63 milhões) da população da região, respectivamente. A cri-

se também interrompeu a modesta tendência de redução das desigualdades sociais na região, reforçando assim a triste e vergonhosa posição da América Latina como a região mais desigual do planeta.¹

A estagnação de longa duração, consequência inevitável do regime de austeridade, corroeu as bases materiais da democracia de cooptação institucionalizada na transição dos regimes ditatoriais para o Estado de direito. A metástase da crise social latente numa crise aguda, resultado do colapso do mercado de trabalho e da destruição das políticas sociais, converteu a região num verdadeiro barril de pólvora. Os efeitos destrutivos da ofensiva neoliberal sobre a organização do Estado nacional acirraram dramaticamente o caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da burguesia latino-americana. O abismo entre os interesses imediatos do capital – criar negócios – e as necessidades prementes dos trabalhadores – defender-se da barbárie capitalista – polarizou a luta de classes.

A instabilidade econômica, a turbulência política e a convulsão social que assola a América Latina encerraram mais de três décadas de relativa estabilidade econômica, social e política – uma realidade atípica na convulsionada história do continente. A reversão do ciclo de crescimento impulsionado pelo longo boom de expansão de *commodities* recolocou na ordem do dia, de maneira agravada, todos os problemas estruturais do subdesenvolvimento e da dependência. Do dia para a noite, o continente voltou às

turras com problemas econômicos, sociais e políticos que se imaginavam resolvidos. A instabilidade econômica, a convulsão social e a violência política voltaram a dominar o cenário latino-americano, recolocando na ordem do dia o espectro das ditaduras militares.

A América Latina encontra-se num terrível impasse histórico. A exaustão dos governos progressistas de conciliação de classes, apeados do poder por meios democráticos ou simples golpes de estado, explicita a impossibilidade de resolver os problemas do povo sem atacar suas causas – o círculo vicioso do subdesenvolvimento. A célebre insustentabilidade econômica e política dos governos ultraliberais de extrema direita que os substituíram, rejeitados pelo voto popular e acossados por vigorosas rebeliões populares, revela a falência do projeto histórico burguês no continente.

O momento histórico é ímpar. Nem o capital tem força para impor o neoliberalismo selvagem goela abaixo da sociedade, nem as classes subalternas têm um projeto alternativo para substituí-lo. O velho agoniza, o presente é mórbido e o futuro está indefinido. Criar uma alternativa à barbárie capitalista é o grande desafio de nosso tempo.

* É professor livre-docente aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e editor da plataforma virtual Contrapoder.

¹ Informações obtidas em: CEPAL. *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe*. Ed. 2018; CEPAL. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. Ed. 2018; Banco Mundial. ¿Cómo afecta el ciclo económico a los indicadores sociales en América Latina y el Caribe? Cuando los sueños enfrentan la realidad. *Informe Semestral*. Oficina del Economista Jefe Regional. Abril 2019.



Rio: menos investimentos e mais pagamento da dívida

Para continuar a série de artigos a respeito do panorama do orçamento do Município do Rio de Janeiro (MRJ), analisamos a composição e a evolução da despesa municipal, entre 2012 e agosto de 2019, de acordo com as classificações funcional e referente aos grupos de natureza da despesa (GND). Os dados estão baseados nos pareceres do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCM-RJ), nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF).

Todos os dados encontram-se deflacionados pelo IPCA de setembro de 2019. Ademais, excluímos as despesas intraorçamentárias de nossa análise.

Despesas segundo as dimensões econômica e funcional

Para informar nossa análise, devemos atentar, inicialmente, para a evolução da despesa segundo uma perspectiva econômica. Assim, verificamos que as despesas correntes do Município – isto é, os gastos recorrentes voltados à manutenção da máquina pública, e nos quais se inserem os GND: “Pessoal e Encargos Sociais”, “Outras Despesas Correntes” e “Juros e Encargos da Dívida” – se mantiveram relativamente estáveis ao longo do período analisado. Em seu auge, em 2016, foram executados R\$ 23,06 bilhões, enquanto em 2012 e em 2018, anos em que atingiram seu menor patamar, foram executados R\$ 21,87 e R\$ 21,84 bilhões, respectivamente (gráfico 1).

Desse modo, as variações no

total gasto pelo MRJ se explicam, sobretudo, pela instabilidade das despesas de capital, voltadas para a expansão do patrimônio e da máquina pública, e nas quais se inserem os GND: “Investimentos”, “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”. Com efeito, entre 2012 e 2016, gastaram-se, em média e a título de despesas de capital, R\$ 5 bilhões. Ao mesmo tempo, o valor médio da despesa total alcançou R\$ 27,5 bilhões. Por sua vez, em 2017 e em 2018, as despesas de capital e as despesas totais caíram para um valor médio de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 23,4 bilhões, respectivamente (gráfico 1).

Devemos salientar, também, as principais funções do Município em termos de gastos. São elas, em ordem decrescente de importância, tendo em vista a média do valor executado entre 2012 e 2018: Saúde, Educação, Previdência, Urbanismo, Administração, Encargos Especiais e Saneamento (gráfico 2).

Se, por um lado, os gastos com as Funções Saúde e Educação caíram entre 2016 (R\$ 5,3 bilhões e R\$ 5 bilhões, respectivamente) e

2018 (R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente), por outro, a despesa com a Previdência elevou-se de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 5 bilhões. De fato, os gastos com esta Função têm crescido continuamente desde o início do período analisado. Em 2019, sua dotação inicial alcançou R\$ 5,6 bilhões.

A Função Urbanismo foi a mais atingida pela redução geral dos gastos – e, particularmente, pela queda nas despesas de capital: de R\$ 6 bilhões, em 2015, o valor executado caiu para R\$ 2,3 bilhões, em 2018. Ademais, até agosto de 2019, executou-se apenas R\$ 1,56 bilhão com esta Função. No mesmo sentido, as despesas com Saneamento se contraíram de R\$ 1,1 bilhão, na média dos anos 2013-2014, para R\$ 697 milhões, na média dos anos 2017-2018. Como veremos, esta queda certamente tem como reflexo uma diminuição simultânea dos gastos com o GND “Investimentos”.

Por fim, os gastos com a Função Encargos Especiais, que expressa o movimento das despesas dos GND “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, se

expandiram significativamente em 2018, quando chegaram a R\$ 1,84 bilhão, em contraste com a média dos anos 2012-2017, de R\$ 1,45 bilhão. Neste horizonte, a dotação inicial da referida Função para 2019 foi de R\$ 2,14 bilhões.

A seguir, analisaremos, com maiores detalhes, a evolução dos gastos dos GND.

Despesas com Pessoal

Dentro das despesas correntes temos o GND “Pessoal e Encargos Sociais”, que inclui despesas com o pagamento de servidores públicos ativos e aposentados. Entre 2012 e 2018, gastou-se, em média, R\$ 12,8 bilhões e, em todos os anos, este foi o GND com a maior parcela do orçamento. Em 2019, apesar da dotação inicial de R\$ 15 bilhões, foram executados menos de R\$ 9 bilhões até agosto.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) fixou um limite de 60% para a despesa com pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL), distribuídos em 6% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, e 54% para o Poder Executivo. O cálculo do limite desconsidera as despesas com aposentados e pensionistas e inclui despesas intraorçamentárias.

Nos últimos anos, a trajetória dos gastos com pessoal no Poder Executivo foi preocupante, logo, é nela que iremos focar nossa análise (gráfico 3). Sua participação na RCL ultrapassou o limite de alerta, 48,6%, em 2016 e 2018, quando atingiu 49,04% e 50,12%, respectivamente. Com a contra-

Gráfico 1 – Despesa total:



Fonte: RREO (2012-2019).

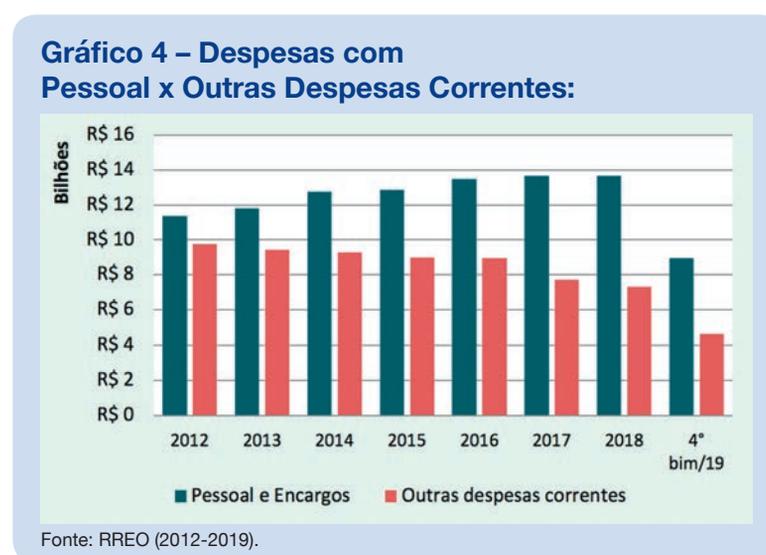
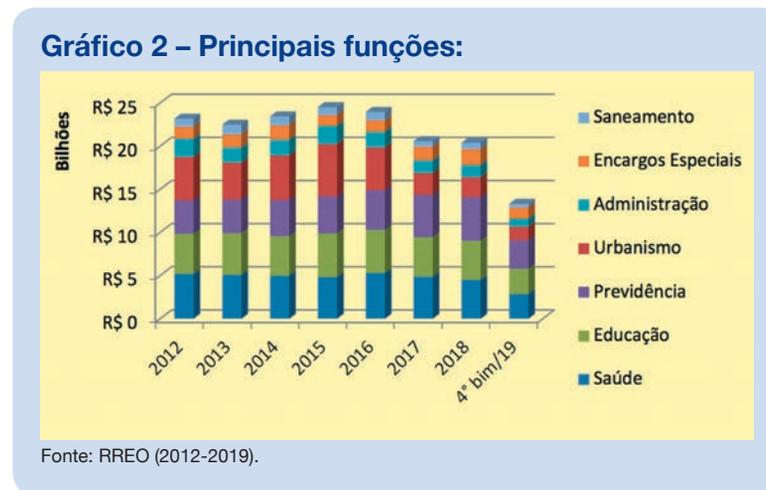
ção das receitas em 2017, a situação se tornou ainda mais crítica: a participação ultrapassou o limite prudencial de 51,3% e chegou a 52,88%. Assim, foram vedadas, neste âmbito, a concessão de reajuste salarial, a criação de novos cargos e novas contratações.

No que diz respeito ao limite de 60% para a despesa total com pessoal, o ano de 2017 também se destacou: a participação na RCL chegou a 56,29% e ultrapassou o limite de alerta de 54%. Atualmente, está em discussão no Supremo Tribunal Federal uma mudança na classificação econômica das despesas, que faria com que o gasto com serviços terceirizados passasse de despesa de custeio para despesa de pessoal, o que pode tornar a situação ainda mais delicada.

Previdência

Inserido nas despesas de pessoal está o gasto previdenciário com servidores públicos municipais. Mesmo com o Plano de Capitalização do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI) em 2011, as receitas arrecadadas têm sido menores que as despesas empenhadas, o que levou a sucessivos déficits nesta conta. A exceção é o ano de 2016, que apresentou superávit de R\$ 72,8 milhões em função do ingresso de receitas extraordinárias. Contudo, as disponibilidades financeiras do FUNPREVI se esgotaram a partir de 2015, o que significa que o déficit orçamentário se tornou financeiro e o fundo agora se encontra numa situação de iliquidez.

A mesma lei que implantou o Plano de Capitalização também estipulou que, a partir de 2015, fossem repassados pelo Tesouro Municipal ao FUNPREVI R\$ 16.666.666,67 mensais (corrigidos anualmente pela inflação) a título de royalties do petróleo. Em 2018, além do repasse de royalties usual, o



Município repassou R\$ 391,7 milhões para o FUNPREVI sem que tal receita tenha de fato ingressado nos cofres municipais. Mesmo assim, o fundo apresentou insuficiên-

cia financeira de R\$ 346,4 milhões. Já em 2019, a situação se agrava: está previsto um repasse a título de antecipação de royalties no montante de R\$ 987 milhões.

Outras Despesas Correntes

O GND “Outras Despesas Correntes” engloba gastos de custeio, como aquisição de material, pagamento de serviços terceirizados, iluminação e água. Como evidenciado pelo gráfico 4, enquanto as despesas com pessoal aumentaram 20% entre 2012 e 2018 – de R\$ 11,4 para R\$13,7 bilhões – o gasto com outras despesas correntes foi reduzido em 24,8% – de R\$ 9,8 para 7,3 bilhões. Com isso, podemos inferir que o gasto crescente e enrijecido com pessoal (já que é inviável e indesejável que o pagamento de professores, principal gasto desse tipo, seja reduzido) exige, em momentos de contração fiscal, a diminuição de despesas mais flexíveis, como as de custeio.

Uma das maiores despesas de custeio do Município é o pagamento das organizações sociais (OS), entidades privadas que, desde 2009, recebem subvenção do governo para prestar serviços de interesse público. Neste contexto, é preciso esclarecer que as OS não são um alívio para o gasto municipal, como se pode pensar. Segundo o TCM-RJ, até 2016, foram verificadas irregularidades nas organizações – como superfaturamento, sobrepreço e até fraude – que resultaram em um dano potencial às finanças públicas de R\$ 78,4 milhões. Isso é consequência de um modelo de controle falho, em que não há garantia de participação do poder público e da sociedade civil, o que, na prática, inviabiliza sua fiscalização.

Investimentos¹

Quanto aos investimentos (gráfico 5), observamos que, em 2015, o valor executado atingiu seu nível máximo, R\$ 6,3 bilhões. Isto ocorreu em função da construção de equipamentos e da realização de obras de infraestrutura

Gráfico 5 – Investimentos:



Fonte: RREO (2012-2019).

Gráfico 6 – Juros e Amortização da Dívida (valores empenhados):



Fonte: RREO (2012-2019).

viária e de mobilidade urbana relacionadas à realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Em 2017 e 2018, foram executados, em média, R\$ 874 milhões com investimentos, valor muito abaixo da média de R\$ 4,8 bilhões anuais entre 2012 e 2016. Até agosto de 2019, executou-se R\$ 360 milhões, o que demonstra indícios de continuidade na queda deste GND, ocorrida desde 2016.

Juros e Amortização da Dívida²

Em contraste com a evolução das despesas com investimentos, o ápice dos gastos com amortiza-

ção da dívida ocorreu em 2018, quando totalizou R\$ 740,4 milhões (acréscimo de 51% se comparado ao montante do ano anterior), frente a uma média anual de R\$ 430 milhões, entre 2012 e 2017. Isso se deve ao pagamento das obrigações contraídas com operações de crédito dos exercícios anteriores, especialmente as relacionadas à execução de projetos de mobilidade urbana. Esta tendência se manteve em 2019, já que, até agosto, foram executados R\$ 668 milhões com este GND. Também em 2018 as despesas referentes aos juros atingiram seu pico, R\$ 856,4 milhões, contra uma média anual

de R\$ 737,1 milhões no período 2012-2017.

É importante ressaltar que o valor empenhado para amortização da dívida e pagamento de juros não pode ultrapassar 11% da RCL. Este limite, imposto pela LRF, foi cumprido em todos os anos analisados (gráfico 6). Contudo, em 2018, atingiu-se o percentual de 7,2%, segundo mais alto entre as capitais³.

Apesar disso, em setembro deste ano, havia prestações relativas a dívidas com o BNDES em aberto e que somavam R\$ 282 milhões, dos quais R\$ 12 milhões diziam respeito a juros e mora pelo referido atraso. A maior parte dos recursos obtidos junto à instituição foi destinada para obras de mobilidade urbana. Logo, esta situação coloca em risco a conclusão de obras de infraestrutura do sistema BRT, além de afetar pelo menos seis intervenções do Projeto Bairro Maravilha na Zona Oeste. Vale destacar que, desde 2004, o BNDES desembolsou cerca de R\$ 5,4 bilhões para atender demandas do MRJ⁴.

Conclusão

No primeiro artigo da série sobre o panorama orçamentário carioca, nos debruçamos sobre a dívida municipal e verificamos que o MRJ apresenta inúmeros problemas estruturais que aumentam seu potencial de endividamento. Dentre eles, destacaram-se “o alto grau de rigidez das despesas, pouca ou nenhuma possibilidade de financiar investimentos com recursos próprios e alto comprometimento da RCL com o pagamento de juros e amortizações”⁵. No segundo artigo, dirigido ao exame da arrecadação municipal, constatamos que ainda não houve uma plena recupera-

ção das receitas, que em 2018 ainda não superavam o patamar de 2012.

Neste horizonte, os dados evidenciados no presente artigo reiteram as conclusões anteriores. De fato, ao longo do período analisado, observamos uma diminuição na despesa total do Município, por conta da frustração nas receitas. O já mencionado engessamento das despesas municipais levou à compressão das despesas consideradas flexíveis, o que teve um efeito nefasto sobre os investimentos. Tal movimento acabou por afetar as principais áreas de atuação do governo, como Saúde, Educação, Saneamento e Urbanismo, todas as quais tiveram suas despesas reduzidas significativamente a partir de 2016/2017.

Em contraste, houve um aumento das despesas com juros e amortização. Assim, podemos dizer que houve uma financeirização das despesas municipais nos últimos anos. Reduziu-se a oferta pública e universal de serviços fundamentais à população e privilegiou-se o interesse do setor bancário-financeiro privado, sob um pretexto de equilíbrio das contas públicas.

1 Incluímos na análise as inversões financeiras (despesas relacionadas a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; a aquisição de títulos de crédito e de ações de empresas).

2 Amortização significa o pagamento (parcial ou total) da parte principal de uma dívida, diferente dos juros (remuneração de um empréstimo), cujo pagamento é uma obrigação acessória.

3 Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2019.

4 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/bndes-decide-executar-garantias-depois-de-calote-da-prefeitura-do-rio.ghtml>.

5 *A evolução da dívida municipal: sorte ou planejamento?* (Jornal dos Economistas, Outubro/2019).